

Quinta-Feira, 09 de Abril de 2026

Marçal responde a Moraes sobre uso da rede social X para divulgar laudo falso

COBRANDO EXPLICAÇÕES

Terra

O candidato derrotado à disputa pela prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB), encaminhou sua resposta à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, por ter utilizado a plataforma X (antigo Twitter) durante a reta final das eleições. O acesso a esta rede social está bloqueado no país desde o dia 31 de agosto.

No último sábado, 5, após a publicação no X de um laudo falso atribuindo a Guilherme Boulos (Psol) o uso de cocaína, o ex-coach foi intimado pelo ministro a dar explicações pelo ministro Moraes, relator do caso. A informação foi confirmada pela coluna com fontes próximas ao caso. Tanto o procedimento no STF quanto a manifestação de Marçal, por escrito, correm sob sigilo, sem acesso público.

Com a publicação do laudo cuja falsidade foi atestada pela Polícia Civil de São Paulo, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo determinou o bloqueio das contas do candidato.

A decisão de Moraes cobrando explicações ao candidato, se baseou em uma investigação da Polícia Federal que apura a possível prática de crimes de obstrução de investigações de organização criminosa e de incitação ao crime. Ele havia dado prazo de 24 horas para manifestação de Marçal.

O documento da PF informou ao ministro que a conta de Marçal teve “intensa atividade nos últimos dias a partir do dia 2.out.2024. Na madrugada e na manhã deste dia, 5.out.2024, foram postados diversos vídeos de uma corrida em campanha eleitoral”.

E que às 5h50 do sábado, a conta publicou um vídeo no qual consta a notificação de retirada de uma postagem na rede social Instagram, com título da postagem “TÁ AQUI A PROVA SOBRE O BOULES”. O documento citado pela PF é o receiptário falso de Boulos, que Marçal apresentou às vésperas da eleição.

Na decisão, Moraes considerou que o uso “sistemático” por parte de Marçal “se amolda à hipótese de monitoramento de casos extremados, em que usuários utilizam subterfúgios para acessar e publicar na plataforma X, de forma sistemática e indevida, com a finalidade de propagar desinformação em relação às eleições de 2024, com discurso de ódio e antidemocráticos”.